

03/11/2009

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 100.097 SANTA CATARINA

**RELATOR** : MIN. JOAQUIM BARBOSA  
PACTE. (S) : JOÃO VALLE  
IMPTE. (S) : CÉSAR CASTELLUCCI LIMA  
COATOR (A/S) (ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 120121  
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU LIMINAR REQUERIDA EM HABEAS CORPUS IMPETRADO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUBSEQUENTE JULGAMENTO DO MÉRITO. PERDA DO OBJETO.

O superveniente julgamento do mérito de *habeas corpus* impetrado ao Superior Tribunal de Justiça e cujo pedido de liminar foi inferido monocraticamente, dando ensejo à impetração do presente writ, acarreta a perda desta ação, impetrada ao Supremo Tribunal Federal. Precedentes (HC 91.665, rel. min. Ricardo Lewandowski, DJe-139 de 9.11.2007).

*Habeas corpus* julgado **prejudicado**.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em julgar prejudicado o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator.

Brasília, 03 de novembro de 2009.

JOAQUIM BARBOSA

-

Relator



03/11/2009

SEGUNDA TURMA

**HABEAS CORPUS 100.097 SANTA CATARINA**

**RELATOR** : MIN. JOAQUIM BARBOSA  
PACTE.(S) : JOÃO VALLE  
IMPTE.(S) : CÉSAR CASTELLUCCI LIMA  
COATOR(A/S) (ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 120121  
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**R E L A T Ó R I O**

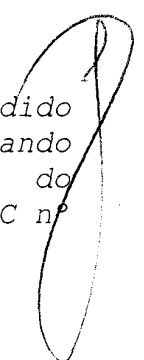
O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de João Valle, figurando como coator ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Segundo o impetrante, o paciente foi preso em flagrante e denunciado por tráfico e associação para o tráfico de drogas (arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006).

A manutenção da custódia cautelar pelo magistrado de primeiro grau motivou a impetração de *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que denegou a ordem.

Em seguida, impetrou-se ao STJ o HC 120.121, cujo pedido de liminar foi indeferido pela relatora (min. Maria Thereza de Assis Moura), nos seguintes termos:

"Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOÃO VALLE, apontando como autoridade coatora a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC nº 2008.059631-6).



Narra a impetração que o Juízo da Vara Única da Comarca de Barra Velha/SC indeferiu pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente (...)

Impetrado prévio writ, a ordem foi denegada.

Daí o presente mandamus, no qual o impetrante alega que a decisão do Juízo de primeiro grau é nula, uma vez que sua fundamentação é ilegal, inidônea e genérica.

Sustenta que a Lei nº 11.464/07 não impede a concessão da liberdade provisória nos crimes hediondos e equiparados, tendo revogado, implicitamente, a proibição contida no art. 44 da Lei nº 11.343/06.

Aduz que nenhum dado concreto foi trazido ao texto da decisão para justificar a custódia cautelar do paciente.

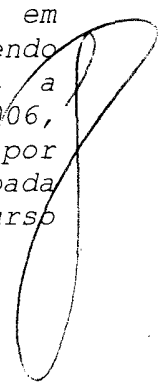
Afirma que a decisão objurgada não demonstrou o *fumus delicti commissi*, bem como não se referiu concreta e objetivamente a qualquer hipótese real de *periculum libertatis*, além de não ter individualizado a conduta do paciente.

Ressalta que houve tratamento anti-isonômico entre as partes da ação penal, tendo em vista que foi concedida liberdade provisória em favor de co-réu (João César do Nascimento Silva).

Salienta que o paciente é primário, possui bons antecedentes, residência fixa no distrito da culpa e empresa sólida nos ramos da construção civil e moveleiro.

Enfatiza que o paciente tem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, sofreu infarto agudo do miocárdio em agosto de 2007, faz uso diário de inúmeros remédios, apresentando quadro de hipertensão arterial, diabetes mellitus, não se encontrando em condições de se manter em ambientes fechados, principalmente onde se faz uso de cigarros.

Entende que o paciente, se condenado, 'terá o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória, tendo em vista seus excelentes predicados, sobretudo, a primariedade e bons antecedentes (Lei n.: 11.343/2006, art. 59), valendo notar, ainda, que o STF tendo por inconstitucional a 'execução provisória ou antecipada da pena', tem dado efeito suspensivo ao Recurso



Especial e ao Recurso Extraordinário, presumindo a inocência do cidadão enquanto presente jurisdição e não transitada em julgado a condenação' (fl. 14).

Requer, liminarmente e após solicitadas informações à autoridade apontada como coatora, seja concedido ao paciente o direito de aguardar em liberdade ou em prisão domiciliar o julgamento do presente writ. No mérito, pretende seja declarada a nulidade da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau, concedendo-se, ao paciente, 'liberdade provisória sem fiança e vinculada a condições menos gravosas e eficientes ou outras medidas cautelares idôneas a serem fixadas pelo Poder Judiciário' (fl. 18).

É o relatório.

A princípio, cumpre salientar que em consulta à página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina colheu-se a informação de que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, em associação.

Verifica-se, ainda das informações colhidas no site mencionado, que o co-réu João César do Nascimento Silva, a quem foi deferida liberdade provisória e a quem faz referência o impetrante, ao contrário do paciente, foi denunciado por conduta penal abrangida pelas disposições da Lei nº 9.099/95, tendo sido determinado, em 10.11.2008, o desmembramento dos autos, para fins de proposição, em audiência, de proposta formulada pelo Ministério Público.

Feitas tais considerações, passo à análise do pleito liminar.

De pronto, verifica-se que a impetração não se encontra acompanhada do acórdão objurgado, o que impede a análise de eventual plausibilidade jurídica do pedido, porquanto a concessão de liminar, em sede de habeas corpus, pressupõe a comprovação, de plano, do constrangimento ilegal invocado.

(...)

Ora, levando-se em conta a sumariedade da cognição em sede de liminar, sua concessão torna-se impossível quando não há prova pré-constituída do alegado.

Ademais, a questão da liberdade provisória em crimes de tráfico de entorpecentes não está

HC 100.097 / SC

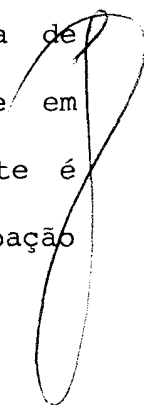
pacificada no âmbito desta Corte, uma vez que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar Questão de Ordem suscitada pelo eminente Ministro Félix Fischer, sobre a possibilidade da concessão de liberdade provisória em crimes de tráfico de entorpecentes, decidiu, por maioria de votos, negar a ordem de habeas corpus.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de habeas corpus, em razão da sua excepcionalidade, enseja a comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não se verifica no caso em apreço. Ademais, a medida de urgência, na forma como requerida, consubstancia-se em pedido eminentemente satisfativo, incabível na espécie (...)

Ante o exposto, **indefiro** a liminar."

Na seqüência, sobreveio a presente demanda, por meio da qual se pede, liminarmente, a concessão de ordem ao STJ para que julgue o HC 120.121, "na primeira sessão da turma em que oficia a min. relatora" (fls. 45), ou a suspensão do processo de origem, bem como a liberdade do réu ou a sua prisão domiciliar, até o julgamento do *habeas corpus* impetrado à Corte Superior. No mérito, renova-se o pedido de liberdade provisória do acusado.

Para tanto, alega-se, em síntese, demora no julgamento do HC 120.121, impetrado ao STJ em 10.11.2008. Também se sustenta que a custódia cautelar é desnecessária e que a decisão do juiz que indeferiu o pedido de liberdade provisória, além de não demonstrar a prova da materialidade e a existência de indícios de autoria, não está fundamentada, apoiando-se em argumentos genéricos. Acrescenta-se, ainda, que o paciente é primário, tem bons antecedentes, residência fixa e ocupação



HC 100.097 / SC

lícita. Por fim, afirma-se a nulidade do processo de origem, porque não apreciados todos os argumentos lançados na defesa preliminar e porque houve interceptação telefônica com base em denúncia anônima.

Prestaram-se informações (fls. 199 e 212-217).

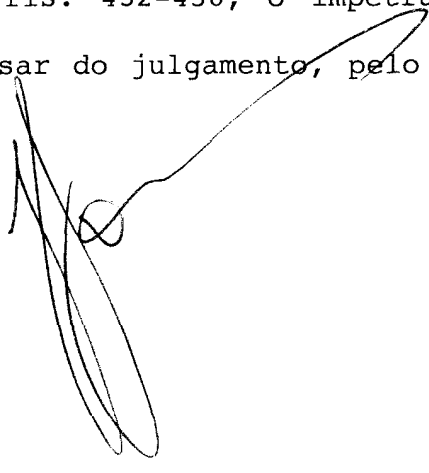
O pedido de liminar foi indeferido pelo ministro Eros Grau (art. 38, I, do RISTF - fls. 417).

Em 3.9.2009, o Superior Tribunal de Justiça julgou o HC 120.121, sendo denegada a ordem, conforme se verifica em consulta processual realizada no *site* daquela Corte Superior.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 420-426).

Na petição de fls. 432-436, o impetrante insiste no conhecimento do *writ*, apesar do julgamento, pelo STJ, do mérito do HC 120.121.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): A presente ação foi ajuizada contra decisão monocrática de ministra do STJ que indeferiu a liminar pleiteada no HC 120.121.

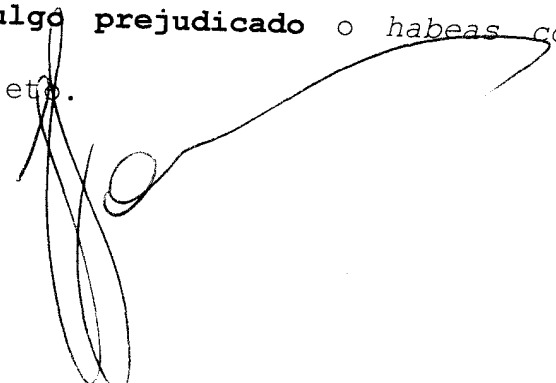
Ocorre que o mérito de tal *habeas corpus*, impetrado à Corte Superior, foi julgado em 3.9.2009, sendo denegada a ordem, conforme se constata em consulta processual realizada no site daquele Tribunal.

Logo, não mais subsiste a decisão que motivou a impetração do presente writ, que, portanto, perdeu o objeto. Nesse sentido, cito, apenas para ilustrar, o seguinte julgado:

"I - A impetração voltada à superação do teor da Súmula 691 desta Suprema Corte, diante da decisão colegiada do Superior Tribunal de Justiça, não deve ser conhecida em razão da perda de seu objeto. II - A ausência de manifestação da defesa quanto à decisão colegiada pode gerar, inclusive, violação à garantia constitucional da ampla defesa, não sendo o caso de concessão da ordem de ofício. III - Habeas corpus não conhecido" (HC 91.665, rel. min. Ricardo Lewandowski, DJe-139 de 9.11.2007).

Do exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*, por perda superveniente do objeto.

É como voto.



**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 100.097**

ORIGEM : HC - 92260 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PROCED. : SANTA CATARINA

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

PACTE.(S) : JOÃO VALLE

IMPTE.(S) : CÉSAR CASTELLUCCI LIMA

COATOR(A/S)(ES) : RELATORA DO HABEAS CORPUS Nº 120121 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **julgou prejudicado** o pedido de **habeas corpus, nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 03.11.2009.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador